

## HCFMUSP e Conselho Nacional de Justiça se unem em prol do SUS e realizam 1º Fórum Nacional da Saúde (FONAJUS)

**A**contece nos próximos dias 17 e 18 de novembro, no Centro de Convenções Rebouças (CCR) do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP) a primeira edição do Fórum Nacional da Saúde do Conselho Nacional de Justiça (FONAJUS).

O evento reunirá autoridades das áreas da Justiça e da Saúde para discutir maneiras de municiar o Judiciário de informações especializadas sobre a Saúde para que decisões envolvendo medicamentos e tratamentos não cobertos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e às vezes sequer solicitados à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) mobi-

lizem recursos do Poder Judiciário e do Ministério da Saúde indevidamente.

No Editorial desta edição, o Dr. Arnaldo Hossepian Junior, diretor-presidente da Fundação Faculdade de Medicina (FFM) aborda a criação e a importância do Conselho Nacional de Justiça, órgão criado há quinze anos para desenvolver políticas judiciárias que promovam a qualificação e a efetividade da jurisdição, além de efetuar o planejamento estratégico, a governança e a gestão do Poder Judiciário, atuando como principal agente de promoção de políticas públicas para este Poder.

Confira a partir da **Pág. 2**.

### CONFIRA TAMBÉM NESTA EDIÇÃO

#### Notícias do HCFMUSP:

- Saúde preventiva para funcionários
- Dia Nacional da Doação de Órgãos
- Mais acessibilidade no Complexo **Pág. 6**

#### Programação EEP:

- Residência multiprofissional
- Especializações em Fisioterapia
- Captação de recursos **Pág. 7**

Falece Profa. Dra. Rosa Maria Rodrigues Pereira  
**Pág. 8**

Falece Prof. Dr. György Miklós Böhm  
**Pág. 8**

Espaço de atividades infantis do Instituto de Reabilitação Lucy Montoro (IRLM) é inaugurado com presença do governador  
**Pág. 9**

IRLM entrega órteses e próteses para pacientes  
**Pág. 9**

Sexta edição da ICESP Run, corrida que alerta para os riscos do câncer, está com inscrições abertas. Evento acontece em 27 de novembro **Pág. 10**

Evento propõe mundo sem tabaco no ICESP  
**Pág. 10**

# A parceria entre o Complexo Hospital das Clínicas da FMUSP e o Conselho Nacional de Justiça em defesa do Sistema Único de Saúde

**N**os dias 17 e 18 de novembro deste ano, o Complexo Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP), com o apoio da Fundação Faculdade de Medicina (FFM), vai sediar, no Centro de Convenções Rebouças, o 1º Congresso do Fórum Nacional da Saúde do Conselho Nacional de Justiça, FONAJUS. Será a oportunidade do Sistema de Justiça e do Sistema de Saúde tratarem de tema extremamente caro para a população brasileira, que depende do nosso Sistema Único de Saúde (SUS), referência mundial, mas que precisa ser mais bem cuidado, sob pena de frustrar, em definitivo, o anseio da sociedade brasileira em ter salvaguardado o acesso à saúde de qualidade.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é o principal fruto da Reforma do Poder Judiciário, que se efetivou pela Emenda Constitucional 45/2004. A instituição conta com pouco mais de quinze anos de existência, tempo marcado por profundas mudanças no Poder Judiciário, resultado da atuação desta jovem instituição, de composição heterogênea, pois embora com proeminência de magistrados, conta também com todos os demais personagens de sistema de Justiça – advogados e membros do Ministério Público.

Tendo como uma de suas missões, no nosso entender a principal, desenvolver políticas judiciá-

rias que promovam a qualificação e a efetividade da jurisdição, que é prestada por mais de 17 mil magistrados, quer da Justiça Comum (estadual e federal), quer da Justiça Especializada, há de ser o CNJ uma instituição de excelência, apta a efetuar o planejamento estratégico, a governança e a gestão do Poder Judiciário, sempre sob o olhar do Supremo Tribunal Federal (STF), órgão máximo da estrutura do Poder Judiciário Pátrio. O Conselho se coloca, então, como o principal agente de promoção de políticas públicas para o Poder Judiciário.

Considerando o Poder Judiciário como o último refúgio de esperança para a busca da concretização dos direitos insculpidos na Constituição Federal de 1988, emerge de forma cristalina o universo de ações que podem e devem ser desenvolvidas pelo CNJ. Cabe a ele, ante a vasta gama de demandas que congestionam os Tribunais, buscar soluções que acelerem a entrega da prestação jurisdicional, criando ferramentas para auxiliar o magistrado.

Como exemplo da atuação do CNJ no desenvolvimento de políticas públicas, é forte o envolvimento do Colegiado na questão carcerária, na rede de proteção à mulher, na busca da conciliação como instrumento pacificador de conflitos de forma célere, sem aprofundar o congestionamento do Sistema de Justiça, na judicialização das questões da saúde, na redução do tempo de duração dos processos que apuram prática de

crime de homicídio, entre tantas outras ações.

No que diz respeito ao sistema de saúde, o envolvimento do CNJ no tema vem desde 2009, quando constituiu grupo de trabalho (Portaria nº 650, de 20 de novembro daquele ano) para elaborar estudos e propor medidas concretas e normativas referentes às demandas judiciais envolvendo a assistência à saúde. Em seguida, o CNJ promoveu a edição da Recomendação nº 31, de 30 de março de 2010, que recomendou aos Tribunais a adoção de medidas visando melhor subsidiar os magistrados e demais operadores do direito, para assegurar maior eficiência na solução das demandas judiciais envolvendo a assistência à saúde.

Pouco depois, buscando uma atuação mais assertiva, o Conselho editou a Resolução nº 107, de 6 de abril de 2010, que instituiu o Fórum Nacional do Judiciário para monitoramento e resolução das demandas de assistência à saúde.

Importante destacar que a edição de tais atos se deu em decorrência da Audiência Pública nº 4, realizada pelo STF em abril e maio de 2009, que ouviu 50 especialistas, entre advogados, defensores públicos, promotores e procuradores de Justiça, magistrados, professores, médicos, técnicos de saúde, gestores e usuários do SUS.

As manifestações registradas na referida Audiência Pública, além de subsídios para estudos por

## ■ editorial

parte dos Ministros da Suprema Corte, estimularam os diversos órgãos e entidades da União, em especial o próprio CNJ, a uma atuação mais efetiva em tema tão árido, pois envolve o bem maior de qualquer indivíduo, qual seja, a saúde e, por consequência, a vida.

Importante registrar que, desde a sua formação, o Fórum da Saúde do CNJ é composto por magistrados, uma vez que destinatários imediatos das políticas por ele desenvolvida, ouvindo, porém, a experiência de especialistas na área da saúde. Nesse espírito, participam igualmente do Fórum representantes do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Saúde (CONASS), do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), da Defensoria Pública e do Ministério Público.

A composição multifacetária do Fórum da Saúde, além de enriquecer as discussões sobre o tema, favoreceu a proposição e a concretização de projetos. Fruto dessa interação, podemos destacar a proposição de normativos internos do próprio CNJ, como a Recomendação nº 36/2011 destinada aos processos relativos à Saúde Suplementar; Recomendação nº 43/2013, que estabeleceu diretrizes aos Tribunais com o fim de promover estudos para especialização de Varas; as Jornadas de Direito da Saúde, com a finalidade de discutir os problemas inerentes à judicialização da saúde, e que resultou na aprovação de 68 enunciados interpretativos sobre o direito à saúde.

Merece destaque a edição da Resolução 238/2016, que determinou a criação de Núcleos de Apoio Técnico do Judiciário – NATJUS, bem como, e de forma imperativa, a especialização de varas em todos os Tribunais. Outro avanço da referida Resolução foi o incremento da pluralidade dos atores institucionais que participam do Comitê Nacional. Tal avanço, em verdade, vem consolidar diretriz já traçada quando da renovação, em fevereiro de 2016, da composição do Comitê Nacional por intermédio da Portaria nº 8 de 2 de fevereiro de 2016, quando ele passou a contar com membros titulares oriundos do Ministério Público e da Defensoria Pública, algo até então inédito, além de ex-secretários de Estado e do Município, portanto, todos personagens conhecedores das agruras vivenciadas pelo usuário do SUS e pela gestão pública.

No curso das reuniões que se desenvolveram ao longo do primeiro semestre de 2016, foi possível elaborar um projeto, hoje já implantado, denominado E-NATJUS. A iniciativa vai ao encontro de importante questão que aflige tanto o usuário quanto o gestor público: a demanda judicial por tratamentos – fármacos, órteses, próteses e procedimentos – não incorporados pelo SUS, alguns sequer com pedido de registro na ANVISA. Tais tratamentos, no entanto, são pleiteados, via demanda judicial, quase sempre pela via da cognição sumária (pedido de liminar), sem que o magistrado tenha à mão informação científica sobre a pertinência do que está sendo pedido, considerando o quadro clínico alegado pelo paciente.

Ante tal quadro, que tem se revelado o mais preocupante, pois desloca recurso do orçamento da

saúde para rubrica extraordinária, trazendo, por consequência, desequilíbrio nas contas de área tão sensível, buscou-se construir ferramenta que pudesse, com rapidez, suprir o magistrado com informações técnicas aptas a embasar sua tomada de decisão em cada demanda. Com o E-NATJUS, tal informação será veiculada por meio de notas técnicas.

Firmou-se, então, em setembro de 2016, Termo de Cooperação entre o Conselho Nacional de Justiça e o Ministério da Saúde, com recursos do Programa de Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS), sendo o Hospital Sírio Libanês, de excelência, localizado na capital do Estado de São Paulo, designado como parceiro essencial a essa cooperação. Iniciou-se, assim, a construção de sistema composto pelos Núcleos de Apoio Técnico de cada Tribunal, NATJUS, com a tutoria, quando necessário, de 5 Núcleos de Avaliação de Tecnologia em Saúde do Sistema REBRATS (Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologia em Saúde, Portaria nº 2915/11 do Ministério da Saúde) selecionados pelos integrantes do Comitê Nacional do CNJ. Dessa forma, cria-se um banco de dados nacional de notas técnicas, com acesso por todos os magistrados.

O projeto foi desenvolvido tendo como premissas: i. descentralizar a elaboração de notas técnicas (NT) e pareceres técnico-científicos (PTC) por Núcleos de Avaliação de Tecnologias em Saúde (NATS) para atender os Tribunais de Justiça e os Tribunais Regionais Federais e disseminá-los em forma de um banco de dados; ii. evitar o conflito de opiniões en-

## ■ editorial

tre diferentes NAT-JUS, com uma ferramenta que sistematiza NTs e PTCs antes de disponibilizá-los para consultas externas por outros Tribunais; iii. dispor de uma fonte de dados que possa demonstrar quantitativamente e qualitativamente as ações judiciais relativas a medicamentos e órteses, próteses e materiais especiais (OPME); iv. evitar a incorporação acrítica, prestigiando o que determina a Lei 12.401/2011 e os decretos 7.646/2011 e 7.508/2011, de forma que as demandas por novas tecnologias – procedimento, medicamento, insumo ou produto para a saúde – deverão ser encaminhadas para a avaliação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias nos SUS (CONITEC); v. incentivar os mecanismos de conciliação envolvendo gestores do sistema de saúde e partes nas questões relacionadas à gestão e à infraestrutura.

O referido banco é administrado pelo CNJ, e nele são lançadas as notas técnicas elaboradas pelos Núcleos de Apoio Técnico do Poder Judiciário de cada um dos Comitês Estaduais - NAT-JUS, além de pareceres técnicos científicos de temas complexos e recorrentes nas demandas ajuizadas, conforme orientação dos Comitês Estaduais, tendo em vista a realidade vivenciada em cada uma das regiões do país. Vale registrar que tal projeto, inspirado pelo paradigma científico da medicina baseada em evidências, está orientado à racionalização do uso dos recursos orçamentários e da oferta dos serviços de saúde.

O projeto foi efetivamente inaugurado em 21 de novembro de 2017, e conta também, com um

curso de capacitação, ministrado sob a coordenação do Hospital Sírio Libanês, para todos os núcleos técnicos dos Comitês/Tribunais, bem como para os magistrados interessados, tudo procurando atualizar o corpo técnico do Judiciário com as melhores práticas para construção de notas técnicas que forneçam suporte à avaliação das demandas judiciais.

Considerando os diferentes estágios de atuação e os diversos graus de conhecimento dos profissionais atuantes nos NatJus sobre a temática da Avaliação em Tecnologias de Saúde, a referida capacitação usará estratégias de aprendizagem em problemas sobre a avaliação da evidência, e formação com metodologia de ensino a distância, com tutoria de profissionais especialistas.

Durante o curso são abordados os seguintes temas: Política e Gestão de Sistemas Públicos de Saúde, Bases de Dados e Sistemas de Informações do SUS, Métodos em Avaliação em Tecnologias de Saúde, Custos e Preços na Saúde, Economia da Saúde, Incorporação de Tecnologias no Brasil. A iniciativa conta, ainda, com a disponibilização, para cada Comitê, de assinatura de biblioteca internacional especializada em estudos de novas tecnologias na área da saúde.

Outro trabalho de suma importância realizado pelo Comitê Nacional do Fórum da Saúde é o de conscientização, junto à administração superior de cada um dos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais, da importância de se fortalecer as estruturas dos Comitês Estaduais e dos Núcleos de Apoio Técnico do Judiciário – NAT-JUS, nos moldes propugnados pela Resolução 238.

Preocupado em suprir as demandas de urgência, na perspectiva do conceito de urgência em Medicina,

bem como em amparar os Nat-Jus dos Comitês Estaduais quando necessário, o Conselho Nacional de Justiça firmou um segundo Termo de Cooperação com o Ministério da Saúde, em dezembro de 2018, também com recursos do Programa de Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS), sendo o Hospital Israelita Albert Einstein, de excelência, localizado na capital do Estado de São Paulo, designado como parceiro essencial a essa cooperação, que consiste na construção e manutenção do Nat-Jus Nacional, que pode ser acionado, por qualquer Juízo de Direito, Estadual ou Federal, para a elaboração de notas técnicas sobre demandas ajuizadas, com pedidos de liminares, na área de Saúde Pública, sete dias por semana, vinte e quatro horas por dia.

Todas as Notas Técnicas elaboradas, pelos Nat-Jus Estaduais, bem como pelo Nat-Jus Nacional, ficam depositadas na base de dados do Conselho Nacional de Justiça, e a consulta é aberta para todos os operadores do Direito.

Além da qualificação das decisões nas demandas já ajuizadas, procurando também buscar soluções pela via dialógica, o Conselho Nacional de Justiça, por intermédio da Resolução 238, estabeleceu que cada Comitê Estadual, nas 27 unidades da federação, é o espaço adequado para a interlocução de todos os agentes envolvidos na questão da judicialização da saúde, buscando solução das questões afetas à saúde estruturante, aquela que deve ser prestada pelo Sistema Único de Saúde, pois refere-se ao que está incorporado no Sistema Público, mas não é oferecido de



## ■ editorial

forma adequada e cidadã. Enfim, trata-se de conhecer e disseminar as práticas de resolução extrajudicial dos conflitos, de forma a estimular a adoção de inovações institucionais, pela via consensual entre o usuário e o poder público, observadas as peculiaridades dos contextos locais.

Além disso, a Resolução do Conselho Nacional de Justiça de número 388/21 implementou as estruturas dos Comitês Estaduais do Poder Judiciário para as questões da saúde, contribuindo, assim, para a busca de soluções dialógicas, portanto mais céleres, para as inconsistências no oferecimento dos serviços de Saúde por parte do Poder Público e das operadoras que atuam na saúde suplementar.

Anote-se, por relevante, que em dezembro de 2017, sempre com a intenção de conhecer as preocupações que angustiam a sociedade civil, o CNJ realizou audiência pública, quando foi possível ouvir usuários do sistema, gestores públicos, magistrados, advogados, e até representantes dos laboratórios de medicamentos. A audiência foi organizada com a intenção de subsidiar novas ações no âmbito do Sistema de Justiça, que tem o CNJ como o grande maestro na construção e no desenvolvimento de políticas públicas em prol de um Poder Judiciário cada vez mais conectado com a busca da consagração dos direitos sociais inscul-

pidos na Carta Magna de 1988.

O ineditismo do projeto E-Natjus do CNJ despertou interesse também da comunidade internacional. Por isso, o Fórum da Saúde foi convidado a participar, em Boston (EUA), da “Brazil Conference, abril de 2017”, organizada pelas universidades de Harvard e MIT; em Nova York (EUA) do Seminário “Law and Economics”, organizado pela Universidade de Columbia, reflexo da boa iniciativa de enfrentamento aos problemas concernentes à judicialização da saúde, em outubro de 2017; da Orphan Drug Congress, em Maryland (EUA), em abril de 2018; em Montevideu (Uruguai) do 7º Encuentro Regional sobre Derecho a la Salud y Sistemas de Salud, em setembro de 2018; “A Sustentabilidade dos Sistemas de Saúde na América Latina”, em Bogotá, Audiência Pública sobre a Sentença T-760, na Corte Constitucional da República da Colômbia, em dezembro de 2018.

Agora, pelas mãos dos Profs. Drs. Tarcísio Eloy Pessoa de Barros Filho e Giovanni Guido Cerri, este último membro do Fórum Nacional da Saúde do Conselho Nacional de Justiça, FONAJUS, desde fevereiro de 2016, a ferramenta E-NatJus passará a contar com a excelência dos profissionais do Complexo Hospital das Clínicas da FMUSP, com apoio da FFM e da Organização Panamericana de Apoio à Saúde (OPAS). Foi assinado, em 6 de setembro do corrente ano, Termo de Cooperação

entre o HCFMUSP, Ministério da Saúde e CNJ, este representado por seu presidente, Sua Excelência o Ministro Luiz Fux, viabilizando o nosso HCFMUSP como fonte de apoio ao magistrado quando do julgamento de demandas que envolvam questões de Saúde de extrema relevância e de alto custo. Trata-se de fundamental contribuição para o Poder Judiciário, que tem, entre inúmeras competências, a de preservar o orçamento público quando atacado pela via de demandas judiciais desprovidas de evidências científicas.

**Conclamamos os colaboradores da FFM, bem como toda a comunidade HCFMUSP, a participarem do Congresso, destacando que a inscrição é gratuita, e poderá ser feita [no site do Conselho Nacional de Justiça](#).**

Arnaldo Hossepian Junior é graduado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e especialista pela mesma instituição de ensino. Mestre pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor da Faculdade de Direito da Fundação Armando Alvares Penteado (SP). É procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo aposentado (em 05 de março de 2022); ex-sub-procurador-geral de Justiça em duas administrações, 2012/2015 e 2019/5 de março de 2022; ex-conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, na cadeira destinada ao Ministério Público Brasileiro, por dois mandatos, set/15 a out/19. Foi supervisor do Fórum da Saúde do Conselho Nacional de Justiça entre fev/16 e out/19. É membro do Comitê Nacional do Fórum da Saúde do CNJ, FONAJUS, desde outubro de 2019. Diretor-Presidente da Fundação Faculdade de Medicina, eleito em 13 de dezembro de 2021 e empossado em 7 de março de 2022, para mandato de 4 anos.

## EXPEDIENTE

### Jornal da FFM

Publicação mensal da  
Fundação Faculdade de Medicina  
Av. Rebouças, 381 / 4º andar  
05401-000 São Paulo, SP  
Tel. (11) 3016-4948  
Fax (11) 3016-4953  
[www.ffm.br](http://www.ffm.br)  
[jornal@ffm.br](mailto:jornal@ffm.br)

### Conselho Editorial

Arnaldo Hossepian Junior | Procurador de  
Justiça aposentado  
Prof. Dr. Jose Otavio Costa Auler Jr.  
Sra. Angela Porchat Forbes  
Dr. Felipe Neme

Os artigos assinados publicados neste informativo não refletem necessariamente a opinião da Fundação Faculdade de Medicina e são da responsabilidade de seus autores. Cartas, sugestões e inscrições para receber o Jornal da FFM devem ser enviados para [jornal@ffm.br](mailto:jornal@ffm.br).

### Expediente

Diretor Responsável  
Arnaldo Hossepian Junior | Procurador de  
Justiça Aposentado  
Jornalista Responsável  
Lizandra Magon de Almeida (MTB 23.006)  
Textos: Nicole Prestes e Sandra Regina da Silva

### Edição

Colmeia Edições  
(11) 3062-7909  
[contato@colmeiaedicoes.com.br](mailto:contato@colmeiaedicoes.com.br)

■ notícias

## Institutos realizam exames preventivos em funcionários

Entre os dias 19 e 30 de setembro, o Instituto de Ortopedia (IOT) do HCFMUSP realizou exames periódicos de cerca de 1053 colaboradores.

Já entre os dias 3 e 11 de outubro foi a vez do Instituto de Medicina Física e Reabilitação (IMREA) atender 476 colaboradores, que rea-

lizaram exames preventivos rotineiros para acompanhamento de saúde e detecção precoce de doenças.

Os colaboradores com mais de 50 anos também foram convidados a participar dos Programas de Prevenção e Rastreamento do Câncer Colorretal e Câncer de Mama. ■

## ICHC promove campanha no Dia Nacional da Doação de Órgãos

No dia 27 de setembro, profissionais do Instituto Central (IC) do HCFMUSP e pacientes transplantados participaram da ação promovendo o Dia Nacional da Doação de Órgãos.

Em frente ao Prédio dos Ambulatórios (PAMB), os participantes orientaram o público sobre a importância da doação de órgãos. Na es-

tação Clínicas do Metrô também houve distribuição de material educativo.

A taxa de recusa familiar ainda é muito alta, de 44%. O Brasil registra 51.674 pessoas na fila de transplante, segundo dados de junho de 2022 da Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos. Desses, 1.247 esperam por um fígado e cerca de 20%

deles tem chances de morrer durante a espera.

A campanha de conscientização da doação de órgãos é uma promoção da Divisão de Gastroenterologia e Hepatologia Clínica, da Divisão de Transplantes de Fígado e Órgãos do Aparelho Digestivo e da Organização e Procura de Órgãos com atuação no HCFMUSP. ■

## Acessibilidade ao Complexo HCFMUSP é ampliada

A partir deste mês de outubro, com o objetivo de facilitar a circulação de pessoas com mobilidade reduzida, a área de Segurança Patrimonial Corporativa do HCFMUSP, em parceria com a Empresa Fit Park, disponibiliza um carrinho circular destinado ao transporte de cadeirantes, pessoas que utilizam muleta ou bengala, deficientes visuais e idosos com

dificuldade de locomoção.

O serviço, disponível das 7h às 17h, conta com o apoio da Central de Controle de Operação e atende todos os Institutos do Complexo. Os usuários serão transportados gratuitamente para o metrô Clínicas, para a passarela da Avenida Rebouças e para o acesso da Rua Arthur de Azevedo. ■

■ notícias

## Inscrições abertas para Residência Multiprofissional do HCFMUSP

No dia 30 de setembro, o HCFMUSP iniciou o processo seletivo da Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde de 2023. Os candidatos podem escolher entre dez programas credenciados, cada um com sua quantidade específica de vagas para as áreas abrangentes.

Para ingressar é preciso realizar o processo seletivo da Fundação Vunesp, composto por prova objetiva e dissertativa. Os programas são coordenados e desenvolvidos pela Comissão de Residência Multiprofissional do Hospital das Clínicas (COREMU) com 2 anos de duração e jornada de

60 horas semanais.

Interessados podem conferir todas as informações sobre cada programa, bem como acessar o edital no [site da EEP](#). As inscrições no processo seletivo são feitas exclusivamente pelo [portal da Vunesp](#) e ficam disponíveis até o dia 7 de novembro. ■

## EEP abre inscrições para especializações em Fisioterapia

A Escola de Educação Permanente (EEP) abriu no dia 29 de setembro o processo seletivo para as Especializações em Fisioterapia do HCFMUSP. São nove cursos de pós-graduação lato sensu, organizados pela Divisão de Fisioterapia do Instituto Central (IC), que contemplam atividades teórico-práticas em ambulatórios e unidades de internação.

Como o campo de trabalho do fisioterapeuta é extenso e com várias possibilidades de atuação, é possível mesclar os conhecimentos da fisio-

terapia de modo interdisciplinar. Até por isso, os cursos oferecidos abrangem diversas especialidades, como: gerontologia, terapia intensiva, obstetrícia, traumatologia, de esportes, respiratória, entre outras.

Os estágios são supervisionados em tempo integral pelos coordenadores e possibilitam interação direta com a equipe multiprofissional. Interessados podem obter mais informações sobre as especializações no [site da EEP](#) e se inscrever para o processo seletivo pelo [portal da Vunesp](#). ■

## EEP promove evento para captação de recursos

No dia 7 de outubro, a Escola de Educação Permanente (EEP) promoveu, no auditório do Instituto de Radiologia (InRad), o evento Café com Negócios, destinado a captar recursos para realização de programas educacionais.

O Prof. Dr. Decio Mion Junior, diretor-geral da EEP, conduziu a cerimônia de abertura e apresentou os projetos da Instituição, além

do portfólio de produtos com preceptorias, oficinas, cursos de capacitação, consultoria, eventos científicos e corporativos.

Durante o encontro, os participantes fizeram uma visita guiada ao novo Centro Cirúrgico do Instituto Central (IHC) e ao Laboratório de Ensino, Pesquisa e Inovação em Cirurgia (LEPIC) do HCFMUSP. ■

■ notícias

## Profa. Dra. Rosa Maria Rodrigues Pereira falece aos 63 anos

No dia 3 de outubro, faleceu a professora titular de Reumatologia da FMUSP, Profa. Dra. Rosa Maria Rodrigues Pereira, aos 63 anos.

Graduou-se em Medicina em 1982, na FMUSP, onde também realizou sua residência médica em Clínica Médica e Reumatologia, assim como mestrado e doutorado em Reumatologia. Posteriormente, fez doutorado no Hospital e Centro Médico Saint Francis, da Universidade de Connecticut, nos Estados Unidos, onde tornou-se professora livre-docente em 2005. Em 2014, tornou-se professora titular de Reumatologia da FMUSP. Foi chefe do Departamento de Clínica Médica da FMUSP de 2016 a 2020 e coordenou sua Comissão de Ensino por vários anos.



COMUNICAÇÃO FMUSP

Profa. Dra. Rosa M. R. Pereira, titular de Reumatologia na FMUSP

Durante sua sólida trajetória acadêmica, publicou 370 artigos originais, 85 capítulos de livro, 8 livros e ganhou mais de 80 prêmios nacionais e internacionais. ■

## Falece o professor emérito Prof. Dr. György Böhm

No dia 18 de outubro faleceu o Prof. Dr. György Miklós Böhm, professor emérito da FMUSP. Ele ingressou na carreira docente em 1962, na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FMRP).

Em 1977, assumiu a posição de professor titular do Departamento de Patologia da FMUSP, contribuindo de forma decisiva para a reformulação do Departamento ocorrida ao longo das décadas de 1970 a 1990.

Criou na FMUSP, o Laboratório de Poluição Atmosférica, reformou e dirigiu o Serviço de Verificação de Óbitos da Capital (SVOC), as disciplinas de Informática Médica e Telemedicina, teve papel fundamental para a consolidação dos Laboratórios de Investigação Médica (LIMs), ajudou a solidificar o programa de Pós-Graduação em Patologia, criou o Programa de Pós-Graduação em Patologia Experimental e Comparada, em associação com a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo (FMVZ). Entre os anos de 1992 e 1997 foi diretor da Fundação da Faculdade de Medicina (FFM). ■



COMUNICAÇÃO FMUSP

Pioneiro em tecnologia aplicada à saúde, o Prof. Dr. György Böhm desenvolveu sua carreira em Patologia



## ■ contratos e convênios

# IRLM inaugura espaço infantil com a presença do governador de São Paulo

No dia 2 de agosto, aconteceu no Instituto de Reabilitação Lucy Montoro (IRLM), unidade Morumbi, a inauguração da área externa do ambulatório infantil, que contou com a presença do governador do Estado de São Paulo, Rodrigo Garcia, da presidente do Conselho Diretor do IRLM e do Instituto de Medicina Física e Reabilitação (IMREA) do HCFMUSP, Profa. Dra. Linamara Rizzo Battistella, do secretário de Estado da Saúde de São Paulo, Jean Gorinchteyn, do diretor do IRLM, Dr. Fábio Pacheco e do ex-secretário Municipal de Saúde de São Paulo, Edson Aparecido.

Localizado no 3º andar do Instituto, o Ambulatório



O novo espaço infantil será utilizado em atividades complementares à reabilitação dos pequenos. À direita, da dir. para esq., Dr. Edson Aparecido, Profa. Dra. Linamara Rizzo Battistella e Rodrigo Garcia

Infantil com a temática de safári será usado para atividades complementares à reabilitação, como trilhas sensoriais, no qual serão desenvolvidas atividades terapêuticas com os pacientes atendidos no programa de reabilitação, também para eventos.

Na ocasião, o governador aproveitou para visitar toda unidade da Rede Lucy Montoro, que também atende adultos em programa de in-

ternação. Houve também o primeiro teste do Neulith, equipamento inédito no Brasil adquirido pelo HCFMUSP, que promove a melhora física e cognitiva de pacientes com lesão encefálica por meio de estimulação cerebral não invasiva. ■

## IRLM realiza entregas de meios auxiliares de locomoção a pacientes

A partir de fevereiro deste ano, o Instituto de Reabilitação Lucy Montoro (IRLM) iniciou a entrega de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (OPMs) para os pacientes em programa de reabilitação.

A iniciativa foi idealizada pela Secretaria de Estado da Saúde, com o objetivo de zerar a fila de pacientes aguardando equipamentos. A Coordenadoria de Gestão e Contratos de Serviços de Saúde (CGCSS) solicitou ao IRLM um levantamento de todos os pacientes com demanda pendente de Ajudas Técnicas em outubro de 2021, para estimar os recursos financeiros necessários para atendimento dessa fila. Na última semana de dezembro do mesmo ano, os recursos foram recebidos pelo Instituto, com o prazo de 6 meses para realizar a entrega de todos os equipamentos.

Para que os pacientes fossem beneficiados com agilidade na dispensação dos equipamentos, vários setores do IRLM foram envolvidos, como o serviço de OPM, compras, financeiro e a equipe multiprofissional em contato direto com o paciente, médicos, terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas.

O serviço de OPM realizou os mutirões para tirar medidas, fazer provas e entregar os equipamentos. O setor de compras garantiu as compras dos equipamentos e cobranças junto aos fornecedores para cumprimento dos prazos. O setor financeiro realizou a gestão financeira dos recursos disponibilizados. Já a equipe multiprofissional atuou na avaliação terapêutica dos pacientes e na prescrição da dispensação, além do acompanhamento dos mutirões para

as entregas dos equipamentos.

“O momento de entrega da OPM sempre é muito satisfatório para o paciente, também para seus familiares e acompanhantes durante o processo de reabilitação, com impacto positivo no ganho de autonomia e de mobilidade para a pessoa com deficiência”, contam Eliana Lima de Souza e Andre Luis Bordin, colaboradores do Serviço de OPM do IRLM.

Todos os equipamentos são entregues aos pacientes de forma permanente. O fornecimento de ajudas técnicas é parte integrante do processo de reabilitação e está estritamente vinculado ao atendimento do paciente em programa, conforme prescrito pelo médico e seguindo as necessidades que os pacientes apresentam ao longo do processo de reabilitação. ■

## ■ contratos e convênios

# Abertas as inscrições para a 6ª edição da ICESP Run

O Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (ICESP) está com inscrições abertas para a 6ª edição da ICESP Run, corrida e caminhada pela saúde. O evento acontece no Dia Nacional de Combate ao Câncer, 27 de novembro, a partir das 7h, com largada na Praça Charles Miller, no Complexo Esportivo do Pacaembu.

A prova, que deve reunir até 3 mil pessoas, tem o objetivo de ressaltar a importância da prática de atividades físicas regulares como medida de prevenção do câncer e também como forma de auxiliar na reabilitação de pacientes já diagnosticados com a doença.

Assim como nos anos anteriores, a ICESP Run conta com percursos de 5km e 10km para corrida, além da caminhada de 5km. Haverá também bate-



Corredores se preparam para a largada, na edição passada da corrida

rias especiais destinadas à faixa etária de 4 a 13 anos, tudo com o objetivo de reforçar a necessidade dos cuidados com a saúde desde a infância até a vida adulta.

A proposta é contemplar todos os públicos de todos os níveis de preparo físico, reunindo os mais experientes

e preparados e incentivando os primeiros passos daqueles que estão começando uma atividade física e fazem questão de participar deste movimento em prol da saúde.

Os interessados em participar podem fazer sua inscrição online até dia 11 de novembro pelo site [www.corridaicesprun.org.br](http://www.corridaicesprun.org.br). O resultado financeiro da prova será integralmente revertido ao desenvolvimento de projetos de assistência, ensino e pesquisa no ICESP. ■

## Jornada da Qualidade de Vida propõe um mundo livre do tabaco

O dia 29 de agosto foi estabelecido como Dia Nacional de Combate ao Fumo pela Lei Federal 7.488, com o objetivo reforçar as ações nacionais de conscientização sobre os danos sociais, de saúde, econômicos e ambientais causados pelo tabaco. Em função dessa data, no dia 1 de setembro passado o Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (ICESP) promoveu a Jornada de Qualidade de Vida.

O tema que orientou a ação foi “Dispositivos eletrônicos e narguilê são prejudiciais à saúde? Conheça os impactos desse hábito na sua saúde”, que contou com palestra do Dr. Frederico Fernandes, médico pneumologista e chefe do Grupo de Tabagismo do ICESP, e do psicólogo do Grupo

de Tabagismo do ICESP, Paulo Moreira. A ação foi realizada também em parceria com o Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), para aferição de monóxido de carbono em colaboradores e técnicas de autopercepção, como respiração e alongamento.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta que o tabaco mata mais de 8 milhões de pessoas por ano. Mais de 7 milhões dessas mortes são resultantes do uso direto do produto, enquanto cerca de 1,2 milhão dos falecidos são não fumantes expostos passivamente ao fumo. A OMS informa ainda que cerca de 80% dos mais de 1 bilhão de fumantes do mundo vivem em países de baixa



O Dr. Frederico Fernandes reforçou em palestra os danos causados pelo tabagismo

e média renda, nos quais o peso das doenças e mortes relacionadas ao tabaco é maior.

No Brasil, 443 pessoas morrem a cada dia por causa do tabagismo. Cerca de R\$ 125 bilhões são os custos dos danos produzidos pelo cigarro no sistema de saúde e na economia, e 161.853 mortes anuais poderiam ser evitadas. ■